

Os impactos do Programa de Avaliação da Alfabetização do Sistema Mineiro de Avaliação em uma escola pública de Uberlândia/MG.

Adriana Castro de Resende Alvarenga¹

A legislação e a pesquisa

No Brasil, a partir de 1990 passou por reformas educacionais que foram fomentadas pelos avanços neoliberais com base em propostas oriundas dos setores político, econômico e acadêmico. As políticas públicas foram estruturadas para a melhoria da qualidade na educação, dos processos educacionais no interior do sistema educacional brasileiro.

Como política regulatória, a Constituição Federal (CF) de 1988, trata da qualidade na educação no capítulo III, Seção I, intitulada “Da Educação”, artigo 206, Inciso VII - garantia de padrão de qualidade. E no artigo 214 também retrata a qualidade, inciso III - melhoria da qualidade do ensino.

Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) 9394/96, a qualidade e a avaliação consta também como relatamos a seguir no título II “Dos Princípios e Fins da Educação Nacional”, artigo 3º, inciso IX - garantia de padrão de qualidade e no título IV “Da Organização da Educação Nacional”, artigo 9º, inciso VI - assegurar processo nacional de avaliação do rendimento escolar no ensino fundamental, médio e superior, em colaboração com os sistemas de ensino, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade do ensino. Inciso IX [...] avaliar, respectivamente, os cursos das instituições de educação superior e os estabelecimentos do seu sistema de ensino. No artigo 87, é instituída a “década da educação” em cujo parágrafo 3º, inciso IV, atribui-se ao Distrito Federal, Estados e Municípios, e, supletivamente, a União, o dever de integrar todos os estabelecimentos de ensino fundamental do seu território ao sistema nacional de avaliação do rendimento escolar.

Em 2007 foi lançado pelo MEC o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), sua discussão é voltada para a qualidade da educação, propondo ações a longo prazo para toda a esfera educacional, indo da educação infantil à pós graduação. O PNE Plano Nacional da Educação

¹ Graduada em Pedagogia, pós-graduada em Pedagogia Empresarial, atuou na docência do ensino fundamental e educação infantil, foi supervisora no ensino fundamental e médio, atuou com vice-diretora e analista na Superintendência Regional de Ensino de Uberlândia no Programa de Intervenção Pedagógica.

(PNE), para o decênio 2011- 2020 apresentam como uma de suas metas “Alfabetizar toda criança até os oito anos de idade” em consonância com a proposta do PDE.

No viés das políticas de qualidade, surgiram vários programas para indicar a qualidade² da educação e identificar se as crianças das escolas públicas estavam sendo alfabetizadas até os oito anos de idade, idade limite indicada no Plano Nacional da Educação discutido para 2011-2020. As avaliações externas emergiram como forte indicador de qualidade da educação pública no Brasil.

A avaliação externa configura-se em um procedimento de aplicação de testes e instrumentos que tem como finalidade aferir um diagnóstico da aprendizagem do educando para um determinado nível de escolaridade. A palavra externa se refere ao fato desta avaliação ser desenvolvida por agentes externos à escola. Esse tipo de avaliação aprecia alguns aspectos cognitivos do currículo exclusivamente, deixando de lado outras dimensões da formação dos alunos menos valorizadas socialmente (BARRETO, 2001, p. 63).

O Programa de Avaliação da Alfabetização do Estado de Minas Gerais PROALFA/SIMAVE é uma avaliação destinada a alunos do 3º ano do ensino fundamental, que é aplicada em todas as escolas públicas dos municípios de Minas Gerais. Quem o concebeu foi a Secretaria de Educação do Estado de Minas Gerais (SEE/MG) e o Centro de Alfabetização Leitura e Escrita da Universidade Federal de Minas Gerais (Ceale/UFMG), o responsável pela aplicação é o Centro de Políticas Públicas da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (Caed/UFJF) e sua elaboração fica a cargo do Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública (SIMAVE).

Queremos pesquisar os impactos que essa avaliação trás para os atores do processo (professores, pedagogos e gestores) em uma escola pública de Uberlândia-MG, trabalhamos em escolas públicas desde a criação do Proalfa e temos visto uma mudança no comportamento dos gestores e docentes no que refere à avaliação, há uma culpabilidade do sujeito pelo desempenho dos alunos, mudança no currículo, ranqueamento das escolas, conhecemos os anseios dos professores e gestores em relação às avaliações externas na busca incansável pelo padrão de qualidade.

Tem por objetivo questionar as políticas públicas de avaliação da qualidade da alfabetização, em especial, o PROALFA, através da análise de pesquisas em uma escola pública.

Os objetivos Específicos são:

- Conceituar e historicizar as políticas públicas das avaliações educacionais de qualidade do ensino básico no Brasil e a avaliação do SIMAVE/PROALFA;
- Identificar através de pesquisas quais são os impactos da Avaliação do PROALFA no cotidiano da instituição escolar;
- Analisar os resultados das pesquisas realizadas na instituição escolar.

Ouço constantes reclamações sobre a culpabilidade sobre os resultados da avaliação do PROALFA, proponho-me a pesquisar mais a fundo como essa avaliação pode intervir e impactar na sistemática do dia a dia na instituição escolar.

As avaliações sistêmicas da educação básica apresentam aspectos positivos e negativos, contudo, no interior das instituições, há toda uma preparação para que os resultados sejam satisfatórios. Investigaremos o Programa de Avaliação da Alfabetização por interessar pelo tema, por conhecer a realidade das escolas públicas, e reconhecer que as políticas públicas de qualidade interferem no dia a dia das instituições. As perguntas que proponho são feitas nas escolas, porém sem que seja feito um estudo mais aprofundado sobre o tema.

Elaborando uma pesquisa qualitativa e quantitativa sobre os impactos dessa avaliação no cotidiano dessa instituição, investigaremos os impactos negativos e positivos da avaliação no cotidiano escolar. O que é feito com os resultados do PROALFA? Há culpabilidade dos sujeitos pelo baixo desempenho? O que a instituição escolar entende por qualidade? Como é organizado o currículo escolar da instituição?

Compreendendo mais o assunto estudado será feita uma pesquisa teórica e documental a cerca do que é produzido pelo governo federal, estadual e municipal, e na escola escolhida.

Com o intuito de compreender os possíveis impactos da avaliação do SIMAVE/PROALFA na instituição escolar, será feita uma pesquisa qualitativa e quantitativa, que tem sido no campo científico, usadas atualmente, apontando uma tendência.

Há autores como Demo 2008, que defendem a importância de se usar as características de ambas e ainda ressalta a importância de se pesquisar socialmente “Precisa ser discutível politicamente, porque conhecimento se faz em sociedade, disputando argumentos com argumentos.” Demo, 2008, p. 14. Segundo o autor

“O “social” da pesquisa aponta, em geral, para a pretensão de guinar o esforço de pesquisa para a realidade social, ressaltando nela suas faces qualitativas. Não há de negar suas faces quantitativas, mas o foco estaria no mundo das qualidades” (DEMO, 2008, p. 15)

Outro autor que embasa esse projeto é Richardson, que explica a metodologia qualitativa da seguinte forma:

“Os estudos que empregam uma metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de um determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais, contribuir no processo de mudança de determinado grupo, e possibilitar o entendimento das particularidades de comportamento dos indivíduos” (RICHARDISON, 1985, p. 39)

Elaboraremos entrevistas, questionários e depoimentos, para investigar o que a escola entende por avaliação e qualidade da educação, análise de documentos oficiais do governo no que se refere à educação, mapeamento dos resultados da pesquisa, análise das entrevistas.

Quanto à pesquisa quantitativa, é necessária a tabulação de dados de uma pesquisa que verifique o quantitativo de professores que entendem a avaliação como instrumento positivo para obtenção da qualidade e os que apontam pontos negativos nessa forma de avaliação.

Será necessária também uma pesquisa para entender o quantitativo de alunos com dificuldade de aprendizagem e deficientes do 3º ano do ensino fundamental que, segundo os professores interferem no resultado final da escola nessa avaliação externa, para entender se o número é realmente relevante, deveremos ter um número de alunos do 3º ano que matricularam no início do ano e os que estavam matriculados no dia da avaliação, número de alunos que saíram da escola, calculando a taxa de evasão.

Quanto aos aspectos qualitativos da pesquisa analisaremos o que está implícito no discurso dos atores da instituição, nas entrelinhas das relações interpessoais, nas avaliações informais do processo ensino aprendizagem.

Historicizando a avaliação sistêmica e a perspectiva de outros autores

O Sistema de Avaliação Educacional Brasileiro (SAEB) iniciou a aplicação de testes em larga escala na década de 1990, sendo a primeira iniciativa brasileira, em âmbito nacional, no sentido de conhecer mais profundamente o nosso sistema educacional. Além de coletar dados sobre a qualidade da educação no País, procurava-se conhecer as condições internas e externas que interferem no processo de ensino e aprendizagem, por meio da aplicação de questionários de contexto respondidos por alunos, professores e diretores, e por meio da coleta de informações sobre as condições físicas da escola e dos recursos de que ela dispõe. (INEP, 2010)

Surgiram vários programas de avaliações em diversos âmbitos das esferas governamentais, todos eles para estudar políticas públicas educacionais e atender as expectativas de melhoria da qualidade do ensino no Brasil, aumentando assim os dados do nosso país no Programme for International Student Assessment (PISA) coordenado pela Organização para Cooperação do Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Em âmbito federal, o Saeb hoje avalia a educação básica com as seguintes avaliações: Prova Brasil para estudantes do 2º ano do ensino fundamental, Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA), censitária, para os alunos do 3º ano do ensino fundamental, Aneb Avaliação

Nacional da Educação Básica, somente amostral, e destina-se aos alunos do 5º, 9º ano do ensino fundamental e 3º ano do ensino médio, Anresc/ Prova Brasil, Avaliação Nacional do rendimento escolar que é censitária e destina-se aos alunos do 5º e 9º ano do ensino fundamental. Todas com dois instrumentos de avaliação: um contendo questões cognitivas aos alunos e um questionário contextual para alunos, professores, diretor.

Em âmbito estadual, o PROALFA para estudantes do 3º ano do ensino fundamental, o Proeb para o 5º, 8º e 3º ano do ensino médio em Minas Gerais, estes são aplicados para toda rede pública de ensino em Minas Gerais. Conceituando “O Proalfa é um importante instrumento de avaliação para o Estado e para os municípios. O exame que tem por objetivo avaliar a capacidade de leitura, escrita, interpretação e síntese dos estudantes ao fim do ciclo de alfabetização acontece anualmente. O Proalfa é, portanto, direcionado a todos os estudantes da rede pública do 3º ano do ensino fundamental e de maneira amostral aos estudantes do 2º e 4º anos do ensino fundamental.” Caed/2012

No ano 2000 destacamos a criação do Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública (SIMAVE), e desde 2003 vem realizando avaliações anuais para mensurar a qualidade da educação. O SIMAVE/PROALFA é uma avaliação para os alunos do 3º ano do ensino fundamental da rede pública de ensino, elaborada pelo Centro de Alfabetização e Letramento (Ceale) e Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (Caed) em parceria com o governo estadual.

Sua primeira edição foi em 2005 com o objetivo de gerar informações sobre a rede pública do Estado de Minas Gerais e orientar políticas públicas para a melhoria da educação. O Estado foi o pioneiro a implementar os instrumentos avaliativos.

A partir de 2004, o Ensino Fundamental passou a durar nove anos no Estado de Minas Gerais e, para acompanhar o efeito dessa mudança, a Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais instituiu o conjunto de avaliação de desempenho dos alunos que, em 2006, passou a ser parte do Sistema Mineiro de Avaliações da Educação Pública- SIMAVE...(MINAS GERAIS, 2007, p. 3)

Segundo o CEALE, a avaliação externa, também chamada de avaliação sistêmica ou avaliação em larga escala, tem a finalidade principal de detectar a distância ou a proximidade entre o que o ensino é e o que deveria ser. Tem por, também o objetivo de auxiliar no (re) planejamento do ensino, subsidiando políticas públicas em educação, nos âmbitos: municipal, estadual ou nacional. A avaliação externa procura averiguar o que os alunos sabem, embora focalize o ensino e não o aluno. O PROALFA é uma avaliação diagnóstica, trás resultados e aponta alternativas para melhoria do ensino aprendido através de suas revistas: pedagógica e do gestor.

O PROALFA possui uma matriz de referência uma matriz própria, que apresenta

conhecimentos, competências e habilidades a serem avaliados, relacionados ao uso social da leitura, escrita e letramento.

A escala métrica de proficiência apresenta o nível de aprendizado dos alunos e vai de 0 a 1000, conforme tabela:

Tabela 1- Padrões de desempenho do PROALFA.

Padrões de desempenho	Ponto de escala
Baixo	Até 450
Intermediário	De 450 a 500
Recomendado	Acima de 500

Fonte: Boletim Pedagógico, 2007

A partir de 2013, segundo a Superintendência Regional de Ensino de Uberlândia/MG (SRE/MG), acrescentará o nível avançado e em 2014 será avaliada a matemática.

No padrão de desempenho recomendado é considerado que o aluno saiba ler e compreender pequenos textos; o intermediário é considerado que o aluno leia frases e saiba usar a leitura em socialmente (letramento). Os alunos em nível baixo são aqueles que não sabem ler, ou sabem ler somente palavras, nível considerado baixo para o aluno no 3º do ano.

Os resultados são enviados à escola em duas revistas: uma pedagógica e outra da gestão escolar. A Revista Pedagógica apresenta os resultados da escola censitários para o 3º ano e um comparativo com a amostral no 2º e 4º ano, apresentando também propostas pedagógicas para uma intervenção pedagógica com os alunos do intermediário e baixo desempenho.

A revista da Gestão Escolar explica o processo da avaliação, seu histórico, e apresenta depoimentos positivos de gestores sobre o Programa de Intervenção Pedagógica (PIP), um programa criado pela SEE/MG e agora difundido para todas as escolas públicas de Minas Gerais, em parceria com as Secretaria Municipal Educação, que teve adesão de 100% dos municípios, de acordo com a cartilha de municipalização do PIP.

O Programa de Intervenção Pedagógica apresenta-se como uma estratégia de apoio à escola para assegurar o acompanhamento e a orientação do professor, em sala de aula, e do gestor, na administração escolar. O espírito de equipe é a base do Programa. Busca-se, como afirmado anteriormente, uma única meta: melhorar o desempenho do aluno, para garantir o sucesso de sua trajetória escolar. (MINAS GERAIS, 2013)

“a avaliação não é apenas mais um ato pedagógico destinado a diagnosticar o desempenho do aluno e corrigir o desempenho do aluno e corrigir os rumos da aprendizagem em direção aos objetivos institucionais propostos pelas disciplinas escolares. Ela reúne um conjunto de práticas que legitima a exclusão da classe trabalhadora da escola e está estreitamente articulada com a organização global do trabalho escolar.”

Sobre as avaliações externas, Esteban relata: O discurso oficial, apoiado na necessidade de melhorar a qualidade da educação, propõe a avaliação fundamentalmente como um mecanismo de controle, direcionado à mensuração do desempenho dos estudantes por meio de exames em larga escala. A busca de uma medida objetiva, capaz de expressar de modo claro e neutro o nível de desempenho, orienta a formulação de procedimentos cujas preocupações são eminentemente técnicas. A mensuração aliada ao estabelecimento de metas sustenta processos de avaliação mais vinculados à gestão educacional do que à aprendizagem infantil, (ESTEBAN 2012, p.576).

Investigaremos o Programa de Avaliação da Alfabetização por interessar pelo tema, pesquisaremos os atores do processo ensino aprendizagem: professor, professora, aluno, aluna, pedagogo, pedagoga e gestor, gestora que lidam com a quantificação da qualidade da educação. Estudaremos os impactos desse indicador de qualidade na instituição escolar, se influencia nas relações interpessoais e se há uma mudança curricular favorecendo essa avaliação.

8- Referenciais

BARRETO, E. S. S.et alii. Avaliação na Educação Básica nos anos 90 segundo os periódicos acadêmicos. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, nº. 114, p.49-88, nov. 2001.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal,1988.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais AnísioTeixeira – INEP. Disponível em <<http://www.inep.gov.br/basica/saeb/caracteristicas.htm>> (acessado em 15/06/2013).

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, disponível em <<http://www.inep.gov.br/internacional/pisa>> (Acessado em 10/06/2013).

BRASIL. Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Congresso Nacional, 1996.

BRASIL. LDBEN: Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. (Atualizada)

_____. Dia Nacional da Alfabetização: Quando letras e palavras passam a fazer sentido. <<http://www.portalavaliacao.caedufjf.net/tag/proalfa/>>. Acessado em 08 de outubro de 2013

DEMO, Pedro. Pesquisa social. **Serviço Social e Realidade**. Franca, v. 17, n. 1, p. 11-36, 2008

ESTEBAN, Maria Teresa. Considerações sobre a política da avaliação: pensando a partir do cotidiano escolar. **Revista Brasileira de Educação**. Vol. 17, nº 51, set.- dez, p. 573- 593. Rio de Janeiro, 2012.

FREITAS, Luiz Carlos de. **Crítica da organização do trabalho pedagógico e da didática**. Campinas: Papyrus, 8ª edição, 2006.

MINAS GERAIS. Secretaria do Estado de Educação. Boletim Pedagógico. Programa da Avaliação da Alfabetização – PROALFA, 2007.

MINAS GERAIS. Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora – CAEd. Disponível em: <<http://www.caed.ufjf.br/>> acessado em: 15 de julho 2013.

MINAS GERAIS. Programa de Intervenção Pedagógica/ Alfabetização no Tempo Certo Municipal, 2013. Disponível em <http://www.educacao.mg.gov.br/images/stories/pip/pip_municipal.pdf> acessado em 16 de julho de 2013

RICHARDSON, Roberto Jerry. **Métodos e técnicas**. São Paulo, Atlas, 1985.

SANTOS, Pablo Silva Machado Bispo dos. **Guia Prático da Política Educacional no Brasil: ações, planos, programas e impactos**. São Paulo: Celange Learning, 2012.

9- Referenciais Complementares:

GIL, Antônio Carlos, 1946- **Como elaborar projetos de pesquisa**- 4. ed. - São Paulo : Atlas, 2002.

FREITAS, Dirce Nei Teixeira de. A avaliação educacional como objeto de estudo de recomendações internacionais. **Estudos em Avaliação Educacional**, v. 16, n.31, jan/jun.2005.

OLIVEIRA, M. A. e ROCHA, G. Avaliação em larga escala no Brasil nos primeiros anos do Ensino Fundamental. Disponível em: <http://www.anpae.org.br/congressos_antigos/simposio2007/274.pdf> acessado em 20 de agosto de 2013

PERRENOUD, Philippe. **Avaliação da Excelência à Regulação das Aprendizagens**- entre duas lógicas; trad. Patrícia Chitoni Ramos Reuillard- Porto Alegre: Artmed, 1999.

PERRENOUD, Philippe. **Construir as competências desde a escola**. Trad. Bruno Charles Magne.

Porto Alegre: Artmed, 1999.

PERRENOT, Philippe. **Os Ciclos de Aprendizagem**: um caminho para combater o fracasso escola; trad. Patrícia Chitoni Ramos Reuillard- Porto Alegre: Artmed, 2004.

SOUZA, João Valdir A. **Formação de professores para a educação básica**: dez anos de LDB. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.